



# Desarrollo Rural **45** EXPLORACIONES

*Sob o signo do despejo: a resistência  
camponesa no Estado do Rio de  
Janeiro (Brasil) a partir da trajetória  
de Roseli Borges*

Fabício Teló  
Ricardo Braga Brito

## *Créditos*

Abril de 2019

### **Autoría:**

**Fabrizio Teló**

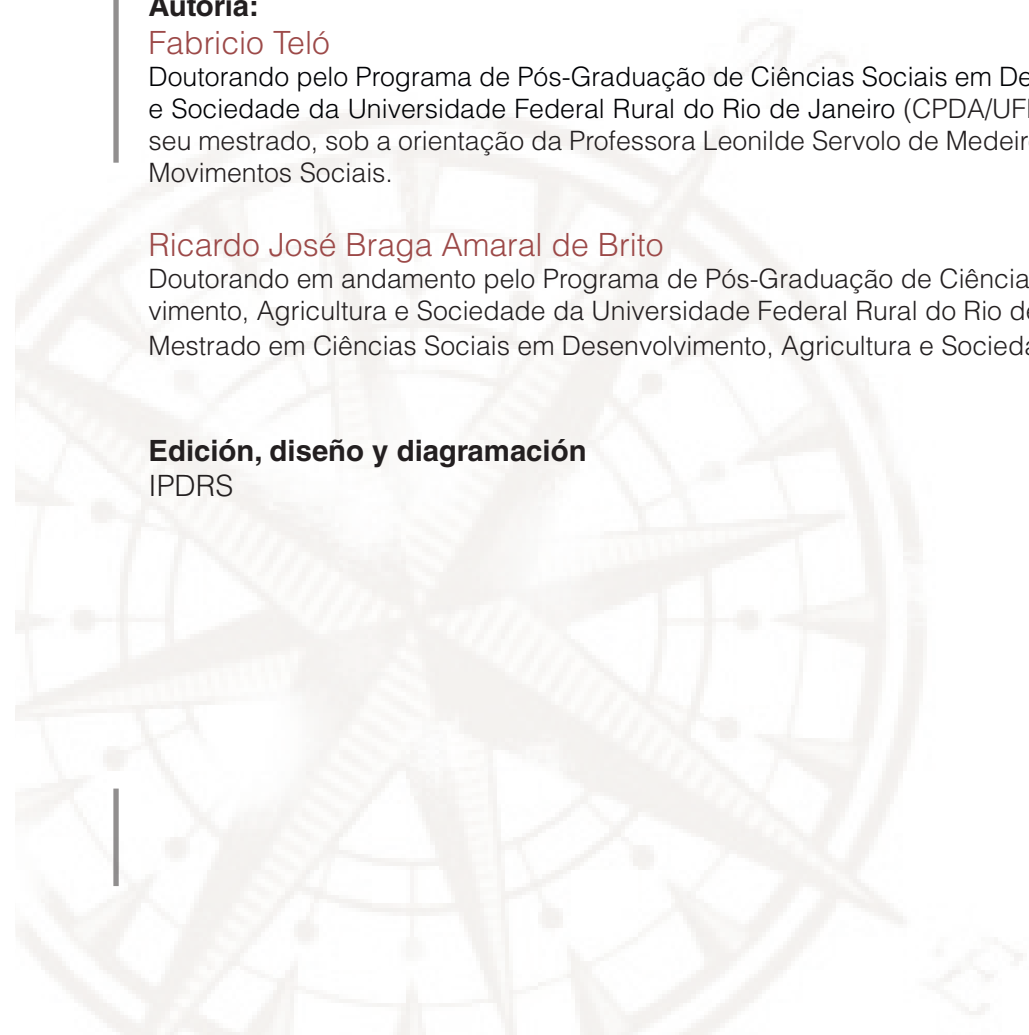
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) onde também cursou seu mestrado, sob a orientação da Professora Leonilde Servolo de Medeiros na linha de pesquisa de Movimentos Sociais.

**Ricardo José Braga Amaral de Brito**

Doutorando em andamento pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Conceito CAPES 5).

### **Edición, diseño y diagramación**

IPDRS



# *Índice* |

## **Conteúdo**

1. Introdução	4
2. O despejo da Fazenda do Largo	5
3. A ocupação do Imbé	8
4. O golpe de 1964 e a ida para Vecchi, em Cachoeiras de Macacu	12
5. Novas ameaças: barragem e endividamento	14
6. Conclusão	17
7. Referências	19

# *Sob o signo do despejo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro (Brasil) a partir da trajetória de Roseli Borges*

**Fabricio Teló**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

**Ricardo José Braga Amaral de Brito**

Doutorando em andamento pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

## **Agradecimientos**

Os autores agradecem de coração a todos os entrevistados, especialmente a Roseli Borges por terem compartilhados suas histórias de vida. Agradecem ainda a Leonilde Medeiros e a Delma Pessanha Neves pela leitura e revisão do texto. Registram seu agradecimento, por fim, à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) pelo apoio à pesquisa que deu origem ao artigo, bem como ao IPDRS pela oportunidade de participar do concurso de ensaios.

## **1. Introdução**

A questão agrária no Brasil e na América Latina é politicamente elaborada diante da concentração fundiária e da correspondente dificuldade de acesso dos camponeses à terra. As experiências de despejo têm sido marca constitutiva do imaginário social e da vida de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o território brasileiro (MARTINS, 1983, 2003). Trata-se de uma experiência dramática e que, dada a sua recorrência e intensidade, é constitutiva da experiência dos despossuídos rurais no Brasil. Fonte de sofrimento, as ações de despejo desarticulam relações sociais e produzem desenraizamento territorial e cultural, mas ao mesmo tempo

ensejam a articulação das resistências individuais e coletivas e novas formas de reinserção social.

A história de vida<sup>1</sup> de Roseli Borges, camponesa conhecida como Dona Rosa, ilustra de forma emblemática essa precariedade que marca o acesso dos camponeses brasileiros à terra e, ao mesmo tempo, as resistências com que reagem em meio a essas situações. Por meio de suas narrativas de experiência de vida, buscaremos articular um conjunto de histórias e experiências que, da perspectiva da rememoração, compuseram o passado recente dos camponeses no estado do Rio de Janeiro e que continuam a se afigurar no presente, mostrando ser o despejo uma sombra que continua a ameaçar inúmeros

<sup>1</sup>Segundo Camargo (1984), a história de vida é uma abordagem rica nas ciências humanas ao permitir a compreensão da cultura a partir das vivências e elaborações do ator estudado, uma compreensão "por dentro" que se realiza pelo contato intensivo com o ator observado, estudado e escutado, de tal modo a tornar possível a compreensão da cultura através de sua história de vida e de sua percepção. História oral e história de vida possibilitam, assim, reconstruir eventos históricos e revelar a lógica, as conexões e o cenário social no qual esses eventos se desenrolam, articulando memória e biografia, vivência e história (CAMARGO, 1984; BOSI, 1994; FRANÇOIS, 2006).

trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sendo Dona Rosa uma mulher negra, pretendemos desenvolver uma análise com perspectiva interseccional de classe, gênero e raça (CARBYN, 1982; COLLINS, 2000) de forma a evidenciar as diferentes formas de desigualdade que tencionam as correlações de força e poder na sociedade brasileira, em particular no campo. Além disso, o fato de Dona Rosa não ter desempenhado papéis de liderança política ao longo de sua vida nos permite dar visibilidade a histórias de vida das “pessoas comuns”, tantas vezes invisibilizadas, já que na maioria das vezes os estudos priorizam quem mais se destacou nas lutas.

Aos 66 anos de idade, Dona Rosa é hoje uma atingida pelo projeto de construção da barragem do Rio Guapiaçu, investimento estatal que mais uma vez acena com a possibilidade de ter que sair da terra em que desenvolveu sua vida. Ao sintetizar o despejo enquanto elemento central de sua experiência de vida, Dona Rosa enfatiza elementos que ilustram a condição de subalternidade que marca os camponeses em geral:<sup>2</sup>

*[...] a única coisa que eu entendo é a exploração. A única coisa que eu entendo é o despejo, a covardia.*

O artigo baseia-se em entrevistas com Dona Rosa, documentos de diferentes arquivos, notícias de jornal e entrevistas com demais camponeses das regiões analisadas. Por meio dessas fontes, foi possível apresentar os diferentes contextos sociais e os distintos períodos em que viveu Dona Rosa: o pré-golpe,

quando ainda era criança; a ditadura empresarial-militar<sup>3</sup> (1964-1985) e os novos dramas e resistências desde 2013/14.

## 2. O despejo da Fazenda do Largo

A construção das principais pautas do movimento camponês nas décadas de 1950 e 1960, tais como reforma agrária, direito à sindicalização e extensão dos direitos aos trabalhadores do campo, desenvolveram-se em boa medida a partir da presença e atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>4</sup>, que conseguiu dar visibilidade às diversas experiências de conflito que marcavam os camponeses (MEDEIROS, 2014, 2018).

Analisando o processo de inserção política do campesinato fluminense<sup>5</sup> iniciado nos anos 1950, Grynszpan (1987, p. 16) considera que “o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos” foi “o principal problema social existente no campo”, devido à sua recorrência, o número de casos e pessoas envolvidas, a violência perpetrada com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações. Apesar de recorrente em todo o estado do Rio de Janeiro, os despejos foram mais recorrentes e violentos nas regiões que vivenciaram intenso processo de urbanização e valorização fundiária nas décadas de 1950 e 1960.

Dona Rosa tinha entre seis e sete anos de idade quando sua família foi vítima de despejo pela primeira vez. Ela morava com sua mãe, padrasto, avô e irmãos na fazenda do Largo, no município de São João da Barra, próximo a Campos dos Goytacazes, no litoral norte do estado. Em sua narrativa, as lembranças das

<sup>2</sup>Dona Roseli foi convidada para contar sua história a uma turma de professores e professoras da rede pública de ensino do município de Cachoeiras de Macacu. Sua presença fez parte da atividade do Projeto de Extensão Memória das Lutas pela Terra no Rio de Janeiro, voltado para a capacitação de professores da rede municipal e estadual do município de Cachoeiras de Macacu, realizado no segundo semestre de 2017 e também no primeiro semestre de 2018. O projeto foi realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Salgado Filho; Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio e Niterói (GT Agrária – AGB); Coordenadoria Estadual por Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos da Superintendência de Promoção dos Direitos Humanos, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro; Sociedade Clube da Esquina de Amigos do Arquivo Histórico de Cachoeiras de Macacu. O projeto pode ser acessado no site digital: <<https://memoriasdasilutas.wordpress.com/apresentacao/>>. Acessado em: 18/12/2018.

<sup>3</sup>Conforme apontado por Melo (2014), a opção por caracterizar o período ditatorial e o golpe como “empresarial-militar” busca qualificar de forma mais detalhada o grupo social que atuou de modo decisivo para a sua realização. Baseado em um conjunto de autores, Melo (2014) enfatiza a organização deste setor em prol da realização do golpe e da implementação de um conjunto de reformas e práticas que colocaram em vigor um projeto de sociedade capaz de levar adiante os interesses das classes empresariais do campo e da cidade, nacionais e transnacionais. Deste modo é possível superar as dificuldades colocadas pelo termo “civil”, mais genérico que o termo “empresarial”, além de apontar categoricamente o caráter de classe tanto do golpe quanto da ditadura.

imagens de destruição e queima de roças, árvores frutíferas e casas fluem paralelamente com as lembranças das brincadeiras de criança, sugerindo a ruptura que o conflito na fazenda do Largo significou para sua família e sua vida pessoal:

*[...] lembro quando meu avô estava trabalhando na roça e vieram aqueles grileiros montados a cavalo, de chicote, para tirar meu avô da roça (Dona Rosa, entrevista em 10/02/2015).*

Ela relembra hoje que em um desses eventos de destruição da lavoura, seu avô, indignado, atirou em um dos jagunços do grileiro, fato que o levou a fugir da região. Com a casa destruída e o fim do litígio favorecendo o grileiro, Dona Rosa e sua família acabaram tendo que dormir por algumas noites debaixo de árvores e apelar para a solidariedade de conhecidos e parentes em Campos a fim de conseguir abrigo. Destino semelhante tiveram as demais famílias também expulsas.

Em entrevista com sua irmã, Dona Neuza (entrevista em 14/05/2015), foi narrada uma sequência de despejos realizados na fazenda do Largo, o que indica a continuidade temporal das ações de grilagem. Apesar de não indicar datas ou apresentar alguma precisão neste sentido, Dona Neuza fala em “perseguição” e narra a sequência do despejo de sua tia-avó, de seu avô, Satiro Borges, e de sua mãe. Segundo ela os despejados buscavam abrigo na casa de seus parentes, morando nas beiradas dos terrenos e debaixo das árvores. Contudo, logo em seguida eram novamente despejados, agora junto da família que os havia abrigado. Também seu primo Francisco narra

e rememora o momento do despejo de sua família. Ele detalha a chegada de policiais e jagunços montados a cavalo, derrubando as casas de estuque e colocando os bois nas plantações a mando de um deputado local, deixando os lavradores sem nada.

Sendo a dimensão étnico-racial um dos elementos que compõe nossa análise interseccional do percurso de vida de Dona Rosa e por considerar seus antepassados reconhecidos na condição de escravos, torna-se pertinente destacar que, no momento da ocorrência destas expulsões, decorriam aproximadamente 70 anos que a escravidão havia sido abolida no Brasil<sup>6</sup>. Em função disso, o longo período de escravidão inscreveu na memória nacional uma visão sobre a população negra enquanto mercadoria, reproduzindo a ideologia da escravidão. Longa tem sido a luta desta população para alcançar a condição de cidadãos dignos de direitos, entre estes o acesso à terra, por exemplo. Martins (2010) argumenta que a Lei de Terras, de 1850, que estabeleceu a obrigatoriedade da compra e venda da terra, foi uma forma de compensar o fim da escravatura, iminente desde meados do século em questão: não sendo mais possível produzir riqueza por meio da exploração da mão-de-obra cativa, mercantilizou-se (ou “escravizou-se”) a própria terra, a fim de dar continuidade a um sistema de exploração que garantisse a constante expansão das riquezas dos donos das terras.

A política de branqueamento da população, baseada no pressuposto de que europeus seriam mais trabalhadores do que os escravizados negros, restringiu o acesso a políticas de distribuição de terras aos imigrantes brancos e obrigou a população recém-liberta a construir

<sup>4</sup> O PCB foi fundado em março de 1922, inicialmente com o nome de Partido Comunista do Brasil, alterado em 1961 para Partido Comunista Brasileiro. Desde a sua fundação o partido teve como objetivo promover a revolução proletária no Brasil através da organização política do proletariado em um partido de classe e da conquista do poder e consequente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista. Considerado o partido político mais antigo no Brasil, sua trajetória está marcada pela repressão sofrida por seus dirigentes, militantes e simpatizantes, dado que o partido foi mantido na ilegalidade por diversos anos: de 1922 a 1945 e de 1947 a 1985. O partido esteve presente de forma atuante nos movimentos operários, camponeses e estudantis, contudo, a revolução cubana, a autocrítica promovida após o período de Stálin e o crescimento da luta armada durante o período ditatorial no Brasil produziram crises e mudanças no interior do partido. Ver: ABREU, Alzira Alves. *Verbetes Temáticos: Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Visitado em 21/02/2019.

<sup>5</sup> O termo fluminense se refere ao que é relativo ao estado do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> A Lei Áurea foi sancionada em 13/05/1888, após uma série de outras leis que caminhavam no mesmo sentido, frutos de intensa mobilização política de escravizados, ex-escravos e abolicionistas que reivindicavam o fim da escravidão.

estratégias de sobrevivência. Como destaca Gomes (2015), muitas famílias permaneciam nas mesmas fazendas onde já trabalhavam como escravos, porém agora na condição de morador, agregado, parceiro, o que favorecia a criação de relações paternalistas entre o dono da terra e essas famílias. Outras chegaram a receber de seus antigos senhores uma área de terra para viver.

A região de Campos dos Goytacazes tem uma história caracterizada por uma intensa presença de escravizados por conta das fazendas de cana-de-açúcar, motivo pelo qual ainda hoje existem 11 comunidades remanescentes de quilombos no município. É impossível, portanto, não acrescentar como um dos elementos explicativos do despejo sofrido pela família de Dona Rosa o racismo estrutural que marca a construção histórica do Brasil, princípio de desqualificação moral que banalizava a violência infligida sobre eles.

De acordo com Corrêa e Macedo (2007), o conflito envolvendo a fazenda do Largo teve seu ápice no ano de 1961, quando os moradores procuraram a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj)<sup>7</sup> e fizeram a denúncia de que grileiros haviam adquirido áreas próximas às terras da União para irremediavelmente ocupando as terras públicas e ampliando as extensões das áreas apropriadas. A resistência dos posseiros tornou inevitável o litígio, o conflito explodiu quando um juiz autorizou a construção de uma cerca que favorecia a um proprietário. Nesse processo ganhou destaque a atuação de José Pureza, dirigente da Falerj, que foi para a área a fim de intermediar o conflito a favor dos lavradores.

Oriundo de Pilar, Alagoas, Pureza migrou para o Rio de Janeiro nos anos 1940, trabalhando na construção civil e participando do movimento operário. Esta experiência o auxiliou quando foi para a área rural de Xerém, na

Baixada Fluminense, em 1947 buscar o trabalho na terra. Inexperiente com o trabalho na lavoura, Pureza foi criando redes de amizade que o ajudavam com o serviço, mas foi o envolvimento em terreno de umbanda que o tornou conhecido na região (CORRÊA e MACEDO, 2007). A partir do seu reconhecimento entre os trabalhadores, passou a chamá-los para reuniões, mobilização que resultou na criação de associações, valorizando esta forma de organização em contextos de ameaça de despejo. Foi em 1949 que se criou uma comissão de lavradores em Xerém, que ampliaria as ações pela construção da Associação dos Lavradores Fluminense e, mais tarde, redefinida como Falerj.

Quando chegou à fazenda do Largo, Pureza já detinha experiência e prestígio na resolução de litígios e no auxílio à organização dos lavradores. Ele organizou no local uma comissão de lavradores e se dirigiu à sede do município para conversar com o juiz que havia autorizado a construção da cerca, que lhe garantiu retirar tanto a cerca quanto a ordem de despejo. A situação, contudo, foi piorando: os lavradores estavam sendo constantemente vigiados pela polícia, houve espancamentos, prisões e rondas nas casas (CORRÊA e MACEDO, 2007).

Quando Pureza retornou à região, o clima era de organização e enfrentamento, ali tendo sido criada uma associação de lavradores. Contudo, as ações emanadas dos dirigentes da Federação não conseguiram impedir o despejo de diversos moradores que haviam permanecido na fazenda, mesmo que um ano depois do início do conflito. Neves (2015) esclarece que a área da fazenda do Largo já havia sido destinada para reforma agrária em 1960, e nela foram assentadas cerca de 300 famílias. Contudo, devido à demora no pagamento das parcelas ao antigo proprietário, a imissão de posse não foi decretada, facilitan-

<sup>7</sup> A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) foi criada em 1959 com o intuito de fortalecer a luta dos camponeses, através da assessoria em áreas de conflito, orientando para a formação de associações locais de lavradores a fim de organizá-los para reagir aos despejos e reivindicar pela desapropriação das terras griladas ou em litígio em um contexto de intensa valorização fundiária e avanço da especulação no campo. A Falerj foi formada após a fundação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em 1946 e da Associação de Lavradores Fluminenses em 1952. Bráulio Rodrigues e José Pureza, camponeses e militantes do PCB, foram figuras chave na formação das associações e da Federação, possibilitando a articulação da luta no estado do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA e MACEDO, 2007; MEDEIROS, 2018).

do a continuidade dos atos de violência praticados por grileiros, em especial pela atuação dos então deputados Simão Mansur (União Democrática Nacional – UDN<sup>8</sup>) e Saramago Pinheiro (UDN), conhecidos na região por desmatarem as terras públicas.

Maria José Borges da Conceição foi outra camponesa expulsa da fazenda do Largo, com trajetória semelhante à de Dona Rosa. Ela morava com sua família em terreno de propriedade de seus avós, ex-escravos que ali trabalhavam. Eles haviam recebido uma parte do terreno após o término da escravatura. Em entrevista concedida em 1981 a José Pureza e a antropóloga e então assessora sindical Eliane Cantarino, Dona Maria conta que, por volta de 1946, quando seus filhos nasceram, começaram a aparecer grileiros em São João da Barra. Eles e outras famílias lutaram para permanecer com as terras da fazenda do Largo, mas depois de terem suas casas e plantações derrubadas, foram despejados pela polícia e pelos fazendeiros. Dona Rosa lembra a maneira truculenta com que os policiais abordavam os camponeses:

[...] a polícia caçava, [...], entrava de madrugada, chegava abrindo as barracas onde a gente estava, as crianças deitadas... procurando se tinha homem (entrevista em 10/02/2015).

Um dos principais desdobramentos desse despejo, no entanto, foi a organização de um processo de resistência por meio de uma ocupação em uma área conhecida como Imbé, no município de Campos, da qual participou a família de Dona Rosa. Por ser amigo próximo de José Pureza, que foi o principal articulador dessa mobilização, Satiro Borges foi um dos primeiros a entrar no Imbé.

### 3. A ocupação do Imbé

Entre as décadas de 1940 e 1960 houve grande investimento patronal para alterar as condições de trabalho em Campos, introduzindo a modernização das técnicas agrícolas e dissolvendo as relações contratuais e costumeiras de moradia e colonato. Possibilitando a diminuição do valor da força de trabalho, aumento da jornada de trabalho e o uso de trabalho coletivo, quase sempre familiar, todos esses fatores desmobilizavam ainda mais o trabalho de diaristas (NEVES, 2018).

O Imbé foi ocupado no dia 3 de abril de 1963 por trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar, acompanhados de suas famílias, que haviam sido despedidos e expulsos das terras. Juntaram-se a eles o grupo de São João da Barra, vindos da disputa da fazenda do Largo, dentre os quais estava a família de Dona Rosa. Neves (2018) interpreta a ocupação do Imbé como continuidade dos conflitos da Fazenda do Largo. Os trabalhadores e dirigentes da Falerj alegavam que as terras do Imbé eram do Estado e que, portanto, estavam sendo indevidamente apropriadas pelos usineiros. A ocupação rapidamente foi tema nos jornais e, como resposta, os usineiros buscaram a intermediação repressiva da polícia.

Aproximadamente 50 policiais armados invadiram a ocupação, apreenderam armas de caça e prenderam lavradores. A ação policial também incluiu uma invasão à Escola Ferroviária, que teve como intuito a prisão de João Batista, do Sindicato dos Ferroviários<sup>9</sup>. A truculência da ação teve como reação uma greve da categoria de ferroviários e a desapropriação da fazenda do Imbé<sup>11</sup> (ERNANDEZ, 2010).

A contínua expulsão de trabalhadores por usineiros da região, com a finalidade de grilar as terras, coincidia com a crise da indústria açu-

<sup>8</sup> Partido criado em 1945 que teve como principais características a oposição constante a Getúlio Vargas e o getulismo, a agenda econômica liberal, o anticomunismo e o apoio ao golpe e ao regime ditatoriais de 1964. A composição social do partido esteve vinculada às oligarquias rurais e à determinados setores da classe média urbana. Atuou até o ano de 1965, quando o Ato Institucional nº 2 extingue os partidos políticos. Ver: BENEVIDES, Maria Vitória. *Verbetes Temáticos: União Democrática Nacional (UDN)*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn). Visitado em 21/02/2019.

<sup>9</sup> Apesar de ainda ser um tema pouco explorado pela literatura, as ligações entre ferroviários e camponeses esteve presente em diversas áreas de conflito e mobilização. Em Cachoeiras de Macacu o sindicato de ambas as categorias dividiam o mesmo espaço físico (COSTA, 2015).

<sup>10</sup> Decreto nº 52.108 de 11 de junho de 1963.



careira de Campos no ano de 1963: trabalhadores eram despedidos em massa e, conseqüentemente, uma grande quantidade de desempregados se dirigia à cidade. Apesar de o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos atuar em defesa dos direitos trabalhistas, tendo como foco os trabalhadores das usinas de açúcar, os dirigentes da Falerj também reivindicavam a distribuição de terras para estes trabalhadores desempregados, motivo pelo qual Pureza, então presidente da Federação, partiu para o Imbé, graças também a um pedido de auxílio que os trabalhadores demitidos enviaram à Federação. O trabalho de Pureza na região o fez descobrir que 210 mil hectares de terras devolutas estavam sendo griladas por usineiros, informação que mobilizou as famílias para a ocupação (CORRÊA e MACEDO, 2007).

Com o acampamento montado e a notícia de uma possível distribuição de terras, outras famílias foram chegando à região e se incorporando ao acampamento. O espaço foi dividido em barracões coletivos e individuais, construídos com sapé e folha de bananeira, e uma despensa com cozinha. Foi hasteada uma bandeira nacional em frente ao “Estado Maior”, localizado na antiga sede da usina e diariamente eram entoados o hino nacional e o da reforma agrária. Foram estabelecidas, também, regras de convivência no local, chamada de “Leis do Imbé” (ERNANDEZ, 2010, p 166). Essas leis ganharam destaque no Jornal Terra Livre, editado pelo PCB e voltado para o trabalho político com os camponeses<sup>11</sup>. Eram elas:

1. As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB<sup>12</sup>, sem discriminação de cor, raça ou religião;
2. Entrega imediata pelo Governo Estadual de títulos de posse das terras;
3. Fica terminantemente proibida a venda de terras a terceiros, sem o pleno conhecimento da organização local;

4. Criação de uma cooperativa agrícola;
5. Respeito e disciplina entre as famílias de posseiros;
6. Criação de uma escola para a alfabetização de adultos e crianças;
- 7; Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos à terra;
8. Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento;
9. Assistência médica por parte do Governo;
10. Criação de um Conselho Administrativo através do voto direto.

Dona Rosa não menciona as leis do Imbé, mas lembra e dá importância às regras de convivência, rememorando como elas impediam a existência e a recorrência de problemas comuns, como traição entre casais e violência doméstica. Como afirma Bosi (1994, p. 466), na memória “só fica o que significa”, de tal modo que é importante apreender o sentimento de segurança vivido por Dona Rosa, que era então uma criança de onze anos. Este sentimento frente à figura de Pureza e os anos vividos no Imbé são marcadores de memorização e identidade social, fatores que incidem sobre a percepção dos eventos.

Um pouco mais velha do que Dona Rosa, sua irmã Dona Neuza se lembra do cotidiano, em especial as noites dormidas na sede do acampamento, o café da manhã tomado junto a todos e todas, o chamado da corneta para o almoço e o trabalho das mulheres na realização das refeições. Neuza também lembra com carinho do “pessoal da reforma agrária”, em especial de Pureza, que “sentava junto com a gente, comia o que a gente comia” e ainda de uma canção entoada em meio às reuniões:

*Companheiros operários unidos tão decididos para lutar: nós queremos terra, terra, terra para trabalhar.*

<sup>11</sup> VERA, Nestor. “Camponeses ocupam terras na região açucareira do Imbé”. Jornal Terra Livre, Maio/1963, p. 5.

<sup>12</sup> A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Em 1963 seria transformada na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), após as leis que regimentariam a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o ofício de trabalhador rural.

Tal como lembrado por Dona Rosa, o que salta na elaboração das lembranças de Dona Neuza é um período de maior segurança, marcado pela construção de laços de solidariedade, de amizade e pelo reestabelecimento do cotidiano após os momentos críticos de despejo e violência.

Os lavradores ocupantes receberam ajuda de sindicatos urbanos, como o dos Ferroviários e o dos Empregados na Indústria do Açúcar, e de associações rurais, através de mantimentos, cobertores, instrumentos de trabalho e remédios. Apesar da organização em grupos de trabalho e comissões, as condições de saneamento, a dificuldade de acesso e a constante violência praticada por grileiros e proprietários da região dificultavam o acampamento do Imbé.

Para Neves (2015), a ocupação do Imbé foi considerada como a inauguração das práticas de reforma agrária ou, para utilizar os termos de então, a realização da reforma agrária “na marra”. A autora analisou os registros impressos sobre a ocupação do Imbé, trazendo também a opinião dos setores ligados aos grileiros e ruralistas, ou que defendessem projetos de sociedade convergentes. Segundo seu trabalho, no contexto pré-ocupação, havia muitas notícias de apropriações ilegítimas de terras e sobre as condições de vida e trabalho dos assalariados rurais, contudo, o enfoque era dado na suposta miséria física e mental, o que tornava necessária a proteção e a tutela dos trabalhadores. Após a ocupação do Imbé, amplamente noticiada como invasão comunista, o reconhecimento da grilagem foi suspenso em favor da proteção da propriedade privada. Ainda de acordo com a autora, se a lembrança dos trabalhadores rurais é difícil de alcançar pela repressão ainda presente nos receios de contarem suas experiências de vida, pela idade avançada e pela morte dos mais velhos, a posição dos grileiros e ruralistas alcançou hegemonia nas notícias e editoriais

dos jornais locais.

Amplamente divulgada pelos jornais, a ocupação chegou a ter mais de 500 pessoas, oriundas das mais diversas regiões do estado do Rio de Janeiro, mas também de outros estados. Eram trabalhadores e trabalhadoras do campo que, mesmo com o contínuo despejo e enfrentamento das violências, tornavam a buscar e ocupar novas terras, revelando a dimensão ativa dessa resistência cotidiana e teimosa. São de extrema importância os laços de amizade, parentesco e vizinhança na circulação da informação sobre terras disponíveis ou aptas à ocupação, constituindo, assim, um núcleo de solidariedade e de origem comum nas ocupações, estreitando a identificação de um projeto e condições de vida, trabalho e exploração comuns.

A ação política, contudo, teve um papel fundamental na conformação dos grupos, criando espaços e atividades comunitárias, de forma a estreitar as relações e a própria organização da ocupação, sendo importante a atuação das lideranças, mas também a presença de uma população mobilizável e inserida no processo de ocupação. Um dos principais trabalhos dos dirigentes da Federação foi o de conquistar o apoio e a solidariedade de pequenos agricultores próximos à área ocupada. Eram realizadas reuniões com os acampados e outras com a presença de pequenos agricultores, a fim de somá-los à luta dos camponeses. Realizavam-se também visitas de solidariedade e apoio dos trabalhadores da cidade. Para Airtton Pereira da Silva, superintendente da Superintendência de Reforma Agrária (Supra)<sup>13</sup>, “as terras contestadas deixariam de ser ‘um estopim de pólvora’<sup>14</sup>, o que simbolizava ver com bons olhos a desapropriação do Imbé.

Após a desapropriação, as famílias acampadas fizeram um acordo com a prefeitura local para tornar possível o escoamento direto dos produtos, sem atravessadores. O objetivo era realizar feiras livres que levariam à população

<sup>13</sup> Órgão criado em 1962, a Supra tinha como finalidade a formulação da política agrária do país, o planejamento e execução da reforma agrária, calcada na desapropriação de terras por interesse social, tendo como objetivo o bem-estar social dos trabalhadores rurais. Após o golpe de 1964 o órgão foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Em 1970, ainda em período militar, ambos os órgãos são unificados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ainda em vigência.

<sup>14</sup>“E. do Rio coloniza terras”. *Jornal do Brasil*, 10/04/1963, p. 5.

urbana alimentos mais baratos, projeto que já vinha sendo bem sucedido em Niterói em 1962 e 1963, com atuação da Falerj. Além de tornar os alimentos mais baratos, as feiras livres buscavam mostrar que a luta pela reforma agrária também era interessante aos trabalhadores da cidade, um tema muito caro à época e que a apontava como solução para o problema do abastecimento interno.

A fazenda do Imbé foi desapropriada ainda em 1963 e os acampados foram ali assentados. As tensões, contudo, não deixaram de acontecer. Em outubro daquele mesmo ano os relatos de novos conflitos que teriam resultado na morte de um camponês e no espancamento e prisão ilegal de um funcionário da Supra resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Para a CPI e para o então delegado do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops)<sup>15</sup>, Carlos de Souza Lima, o que existia por lá era “um grave problema social criado pela estrutura agrária do município, onde a grande cultura é a cana, cuja safra é de apenas quatro meses, o que leva cerca de 25 mil camponeses ao desemprego durante oito meses num ano”. A CPI denunciava ainda a participação dos deputados Simão Mansur (UDN) e Antônio Alexandre (Partido Social Democrático – PSD<sup>16</sup>) como grileiros de terras no município. Mansur ainda estava sendo acusado de insuflar os pequenos proprietários contra os camponeses assentados e de ter mandado espancar o funcionário da Supra<sup>17</sup>. Após a divulgação dos resultados da CPI, uma longa reportagem no primeiro caderno de

domingo do Jornal do Brasil, de ampla circulação, transpassa o clima tenso da região: os proprietários teriam se juntado em torno da Associação Rural de Campos afirmando que, se houvesse mais invasões beneficiadas com a política de desapropriação, eles usariam a força, afirmando ainda que haveria “luta e muitos mortos”. José Pureza é tomado como líder dos camponeses e é citado conforme o seu depoimento na CPI, desmentindo que houvesse interesse dos camponeses em ocupar novas terras, já que o Vale do Imbé era o suficiente para abrigar todos os camponeses: “Acrescentou que os proprietários e os que se dizem proprietários de terras na região é que estão criando este clima de intranquilidade ‘porque estão perdendo privilégios antigos [...]’”. Para o deputado Kiffer Neto (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB<sup>18</sup>), membro da CPI, tanto Campos como o Estado viviam “sob o verdadeiro barril de pólvora que é a má condição de vida de seu camponês”<sup>19</sup>.

Mesmo já desapropriada a terra, a situação dos lavradores que lá estavam era de tensão constante, revelando a persistência do “quadro de profunda e endêmica tensão social” que pressiona o dia a dia dos trabalhadores do campo (MEDEIROS, 1996, p. 126). A menos de um mês da deflagração do golpe de Estado, em abril de 1964, que instaurou uma ditadura empresarial-militar por 21 anos, lavradores viviam sob a iminência de um choque armado com jagunços contratados por grileiros. O Estado em muitos destes casos atuou com displicência, ou ainda acobertou a atuação criminosa dos grileiros. Policiais também eram contratados para atuar junto de

<sup>15</sup> Órgão policial de importante atuação em defesa da ordem pública e na repressão e proibição de movimentos e ideias tidos como subversivos. A atuação deste departamento é reconhecida pela perseguição política, prisão, tortura, morte e desaparecimento forçado de inúmeras pessoas durante o período ditatorial.

<sup>16</sup> Partido criado em meio ao movimento de redemocratização de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Com uma atuação de “centro” e de defesa do legado de Vargas, o PSD se voltou para a representação de industriais, proprietários rurais, comerciantes e funcionários públicos. O partido foi extinto em 1965. Ver: Memorial da Democracia. “Getúlio cria PSD de olho em oligarquias”, disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/psd-a-face-oligarca-do-getulismo>. HIPÓLITO, Lúcia. Verbetes Temáticos: Partido Social Democrático (PSD - 1945-1965). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Visitado em 21/02/2019.

<sup>17</sup> “CPI concluiu levantamento sobre morte de camponês e prepara o seu relatório”. Jornal do Brasil, 12/10/1963, p. 13. “Funcionário da Supra foi espancado no Imbé por grupo comandado por Mansur”. Jornal do Brasil, 13/10/1963, p. 10.

jagunços.

Com a repressão militar, associada à violência dos usineiros pressionando os camponeses a deixarem a terra, houve uma fragilização da luta camponesa e, por conta disso, muitos acampados saíram e foram tentar a sorte em outros lugares. Dona Rosa e a família, no entanto, permaneceram na área.

#### 4. O golpe de 1964 e a ida para Vecchi, em Cachoeiras de Macacu

O Estado, em resposta às reivindicações dos camponeses, repreendeu e atuou de forma a fechar e desorganizar as suas organizações, intensificando a violência. As atuações do PCB e de outras entidades ligadas ao trabalho de organização dos camponeses foram duramente reprimidas com o golpe. Satiro Borges, avô de D. Rosa, por exemplo, embora tenha ficado escondido por alguns dias nos matagais dos arredores junto aos demais acampados, acabou sendo encontrado e foi um dos presos. Dona Rosa conta ter assistido a sessões de tortura do avô, cujas sevícias sofridas tinham por objetivo a localização de armas e documentos alegadamente sob sua posse. Logo depois, seu padrasto também foi levado preso em função da proximidade com Satiro.

A prisão e o espancamento do padrasto e do avô marcam uma ruptura com o tempo anterior, do Imbé e do “pessoal da reforma agrária”, tempo rompido pela “Revolução de 64”, termo cunhado pelo próprio regime ditatorial e que continua presente no imaginário e na lembrança de inúmeras pessoas. Dona Neuza, evoca na lembrança o momento em que policiais e militares chegaram na sua casa:

*É coisa que eu me lembro porque eles entraram a noite, tarde da noite, a polícia com lanterna. Acordamos apavorados. Prendeu eles, assim, né, batendo. É coisa que não sai [da lembrança].*

Segundo Neuza, os policiais armados e fardados foram na casa de todos os lavradores que estavam no Imbé, buscando as lideranças da ocupação, as supostas armas que eles tinham e os documentos que haviam sido enterrados. Rosa e Neuza narram as torturas sofridas por Satiro e por lavradores conhecidos como Itamar, Paixão, Baiano e Pernambuquinho<sup>20</sup>, realizadas diante delas. Em Informe de nº 2/65 de 24/10/1965 do Departamento de Polícia Política e Social, ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>21</sup> estes nomes e codinomes são apresentados como integrantes do “grupo de agitadores comunistas” que agiam “sob as ordens” de José Pureza. O documento informa Itamar Joel de Miranda como “imediate” de Pureza e traz os nomes de Paixão (Francisco Ribeiro Netto, padrasto de Rosa e Neuza), Baiano (Daniel Dantas de Souza), Pernambuquinho (Aleil Marreiro dos Santos), José Tolino da Silva, João Urbano de Araújo, que segundo o documento teria destruído “grande número de documentos comprometedores”, e Satiro Borges, apresentado como “vulgo ‘Chipanzé’ (sic)”.

Concluem Rosa e Neuza que esse foi um tempo de vida muito duro para as mulheres da família, que passaram a precisar se sustentar sozinhas. Além de D. Rosa, sua mãe, irmã e avó, ainda havia um irmão pequeno para tomar conta. Para sobreviver plantavam alimentos para subsistência e comercializavam

<sup>18</sup> Partido criado em 1945 por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. O PTB se voltou para as camadas populares dos grandes centros urbanos e das regiões rurais em todo o país, articulando um movimento social e trabalhista vinculado à imagem pública de Vargas. Sua atuação se voltou para os operários e sindicatos que cresciam e se fortaleciam em meio à industrialização e à curta legalização do PCB. Foi extinto em 1965. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete Temático: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB - 1945-1965). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbe-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>. Visitado em 21/02/2019.

<sup>19</sup> “Supra e políticos são os culpados pelas lutas no Imbé”. *Jornal do Brasil*, 13/10/1963, p. 14.

<sup>20</sup> Baiano e Pernambuquinho se referem a dois estados brasileiros, Bahia e Pernambuco, de modo que os apelidos provavelmente indicavam apenas a origem desses militantes.

<sup>21</sup> “Informe nº 2/65”. Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Segurança Nacional. BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_PA1\_0022\_0017\_d0001de0001, p. 8.

farinha e lenha para ter uma renda mínima. “Minha mãe perdeu um dedo sevando mandioca. Meteu no rodete. Quando ela viu, virou tudo farinha” (entrevista em 10/02/2015).

Uma análise das consequências do golpe de 1964 que se restrinja apenas ao número de pessoas presas, torturadas, mortas e desaparecidas, como é tão usual, invisibiliza um conjunto mais difuso de sofrimentos de um contingente muito maior de pessoas, sobretudo de mulheres, que, como Dona Rosa, tiveram que adaptar suas vidas à nova realidade, obrigando-se a redobrar a quantidade de trabalho para não morrer de fome. Daí a importância, como defende Strathern (2006), de nunca se esquecer de incluir uma perspectiva de gênero nas análises dos processos sociais.

Todavia, se foi possível a Dona Rosa e sua família permanecerem na área do Imbé, mesmo depois do golpe, tal permanência durou menos de dois anos. Em 1966, a Usina Cupim, que reivindicava a propriedade da área, conseguiu se reapropriar da fazenda e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) removeu as mais de 80 famílias que haviam permanecido na área para integrar o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia, mais especificamente na Fazenda Vecchi<sup>22</sup>, no município de Cachoeiras de Macacu, localizado na Baixada Fluminense, também região de intensos conflitos de terra nos anos 1960. De acordo com o relato de Dona Rosa, os homens foram levados antes das mulheres para “fazer picada, abrir caminho, repartir os terrenos e construir as barraquinhas de sapê”. Depois é que as mulheres foram levadas. “Disseram [os funcionários do Incra] que iam dar

a casa, só que não deram. Em 84 pessoas, só teve, parece-me, oito que receberam casas do projeto. Então não foi todo mundo que recebeu”. Sua mãe foi uma das oito que receberam. Pagava anualmente ao Incra uma parcela em dinheiro (entrevista em 10/02/2015).

Após o golpe e durante o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, o Estado fortaleceu sua presença e atuação no município de Cachoeiras de Macacu. Esse município foi palco de grandes mobilizações camponesas, em especial as ocupações da Fazenda São José da Boa Morte, em 1961 e 1963, protagonizadas pelos camponeses em luta contra a grilagem e o aprisionamento das terras do então Núcleo Colonial de Papucaia, vizinho a essa fazenda<sup>23</sup>.

Em 1966 foram desapropriadas diversas fazendas no entorno do Núcleo Colonial de Papucaia e da Fazenda São José da Boa Morte, a fim de integrar o novo PIC. Entre essas fazendas, estava a Vecchi<sup>24</sup>. Segundo documento do Ibra, previa-se fazer da região desse Projeto um distrito capaz de receber trabalhadores rurais de todo o Estado do Rio de Janeiro, oriundos dos locais onde a desapropriação de terras fora revogada, portanto de áreas onde houvera conflito e organização camponesa<sup>25</sup>. Ainda nesse documento, os camponeses dessas regiões são referidos como “invasores” e “aventureiros de várias categorias sociais”, “indivíduos desqualificados para atividade agrícola”. O documento não se refere à atuação dos grileiros e, através da avaliação e qualificação negativa dos novos parceiros, repete a experiência de despejo, inclusive enquanto diretriz de ação “saneadora”<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> Conforme detalhado mais adiante, a Fazenda Vecchi foi desapropriada em 1966, a fim de compor um distrito de colonização. A fazenda pertenceu à família Vecchi, formada por imigrantes italianos que fundaram em 1913 uma editora de revistas em quadrinho que se manteve no mercado por 70 anos. A editora já existia na Itália e manteve o nome da família no Brasil. Os motivos pelos quais a família tinha uma fazenda em Cachoeiras de Macacu não puderam ser compreendidos. O que interessa, contudo, é que a desapropriação da fazenda foi realizada em 1966 e nunca foi concluída, dado que o Estado brasileiro não terminou de pagar a desapropriação.

<sup>23</sup> A fazenda foi desapropriada em janeiro de 1964. Após o golpe, o Estado atuou realizando desapropriações na região e seu entorno, formando um Projeto Integrado de Colonização, que abarcava uma grande quantidade de terra. Além de elevar a produção agrícola para o abastecimento dos municípios vizinhos, a presença do Estado através de técnicos agrícolas, da polícia e da Guarda Rural do Ibra teve como objetivo desmobilizar a organização dos trabalhadores e reorientar sua atuação e reivindicações. A partir de 1967 a fazenda São José da Boa Morte teria parte de suas terras devolvidas aos antigos e pretensos proprietários. Contudo, em 1979 a fazenda foi novamente ocupada, conseguindo a efetiva desapropriação em 1981.

<sup>24</sup> Decreto nº 58.161, de 06/04/1966. Ver também IBRA. E.M. nº 61 para Presidência da República, 12/12/1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR\_RJANRIO\_S7\_CX078\_PT001\_d001de001. Ribeiro. BR\_RJANRIO\_S7\_CX346\_PT002\_d001de001, pp. 41-42.

Um dos motivos alegados pela diretoria do Ibra para a remoção e transferência dos lavradores do Imbé para o Vecchi foi o constante alagamento do Imbé, sendo necessária a realização de uma grande obra de saneamento e drenagem, a qual o Ibra não poderia bancar, enquanto no Vecchi os trabalhadores teriam condições mais favoráveis, conforme apontado por uma moradora que participou das conversas gravadas em 1981 e por um antigo funcionário do Ibra (entrevista em 09/01/2016). Não se explica, contudo, a devolução da terra ao demandante que reivindicava ser dela proprietário e a ausência de titulações permanentes para os moradores do Vecchi.

As plantações, roçados e casas que ficaram para trás são vivamente descritos pelos camponeses que foram removidos. Para os lavradores que conversaram com Pureza e Cantarino em 1981, estas plantações ainda estavam lá, “competindo terreno com o mato alto” que crescia desgovernadamente, devido, até então, ao abandono daquelas terras.

José Eufrásio foi outro camponês removido do Imbé e levado ao Vecchi. Em 1981, em entrevista para José Pureza e Eliane Cantarino, relatou que, ao chegarem no Vecchi, os lavradores ficaram acampados na sede do Ibra e em casas antigas, provavelmente daqueles que ali moravam e trabalhavam antes desta área ser desapropriada. Os lavradores trabalhavam para o Ibra e recebiam um salário mínimo da época. Segundo José Eufrásio, inicialmente foi levado um grupo de 13 homens escolhidos pelo General Saraiva<sup>25</sup> e outros militares. Estes deveriam abrir e preparar o terreno para a chegada do resto dos assentados. José Eufrásio conta, ainda, que o deslocamento dos lavradores foi realizado “de qualquer maneira” e que em 1981 eles ainda esperavam receber o título de propriedade da terra, revelando o ressentimento e a

fragilidade da situação desses lavradores supostamente assentados na terra.

Tendo cumprido cerca de dois anos e meio de pena na prisão, o avô de Dona Rosa, Satiro Borges, retornou ao convívio familiar, indo diretamente para o Vecchi. Ela conta terem sido anos muito difíceis para a família, devido às sequelas deixadas pelas torturas sofridas pelo avô. Além de problemas auditivos, ele perdeu o controle urinário, gerando a necessidade de cuidados especiais por parte de suas filhas e netas.

Não obstante essas dificuldades, para Dona Rosa, o período após a instalação no Vecchi foi de maior tranquilidade em termos políticos e econômicos, dada uma série de serviços assistenciais prestados pelo Ibra e pelas oportunidades de trabalho com carteira assinada, proporcionadas também pelo mesmo órgão. Tal informação é importante porque evita uma visão simplista e maniqueísta sobre a ditadura empresarial-militar inaugurada em 1964, que impede de enxergar uma complexidade de relações que iam muito além do simples autoritarismo ou da violência física. Reconhecer nesse período a tentativa de assistência aos lavradores pela ação estatal significa compreender a natureza do Estado e sua heterogeneidade e a necessidade que os militares sentiam de se aproximar da população local, entendida como pobre, ignorante e massa de manobra para os comunistas.

## 5. Novas ameaças: barragem e endividamento

Depois de um período de maior estabilidade morando em Cachoeiras de Macacu, onde se casou e adquiriu uma área de terra para viver com sua nova família, Dona Rosa precisou enfrentar uma nova ameaça de remoção. O motivo agora é o projeto de construção de uma barragem no Rio Guapiaçu, que passa próximo à sua casa. Caso o projeto se concre-

<sup>25</sup> E.M. nº 35, 20/10/1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR\_RJANRIO\_S7\_CX382\_PT001\_d001de001.

<sup>26</sup> Deliberação nº 11-A, 07 de Abril de 1966. Boletins de Serviço do Ibra. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR\_RJANRIO\_S7\_CX346\_PT002\_d001de001, pp. 41-42.

<sup>27</sup> A atuação do General Saraiva ficou marcada na lembrança dos lavradores que entrevistamos. Ao general eram associados momentos de tensão e repressão, tendo os lavradores o considerado violento e autoritário.

tize, sua casa e suas lavouras ficarão debaixo d'água, abarcando também a região de seis comunidades, muitas delas desapropriadas para a constituição do PIC Papucaia: Serra Queimada, Sebastiana, Vecchi, Ilha Vecchi, Coco Duro e Quizanga. Segundo Cadorin (2017, p. 74), a barragem ameaça 340 propriedades de terra, o que significa 360 famílias ou 1100 pessoas que hoje são vítimas do medo e do desamparo, e que, no futuro próximo, podem ter suas terras, casas e lembranças afogadas pela barragem.

A tentativa de construção da barragem teve seu primeiro momento ainda em meados dos anos 1980, mas foi impedida de continuar graças à mobilização dos trabalhadores do município (CADORIN, 2017). Seu retorno à cena pública é hoje apresentado como uma condicionante para a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), localizado no município vizinho de Itaboraí, tratando-se de uma obra de compensação ambiental e que se justificaria pela necessidade de captação de água. O processo tem se dado de forma autoritária, desconsiderando as populações rurais que ali habitam, vivem e produzem alimentos para o estado do Rio de Janeiro.

Nesse novo contexto de mobilização, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem desempenhado um papel fundamental na organização dos camponeses de Cachoeiras de Macacu. Em uma roda de conversa<sup>28</sup> organizada pelos militantes do movimento, com a presença de pesquisadores, os camponeses rememoraram situações de repressão que vivenciaram na ditadura e a atuação do Exército e do Estado na região. Dona Rosa esteve presente na atividade e emocionou os participantes com seu depoimento histórico:

*Desde criança você vê eles [do Exército] [...] amarrarem uma corda no pescoço do cava-*

*lo e vir na travessa da casa e meter esporro naquele cavalo e o cavalo levar a casa com tudo. A gente ali olhando e o meu avô debaixo de chicote. [...] Pra quando chegar depois dos meus filhos já casados e eu aqui dentro [...], agora que a gente pensava que ia chegar a paz, vem esse negócio de botar barragem pra tirar a gente daqui. Pra mim é muito [humilhante], demais [...]. E de repente a gente vai ter que sair daqui, morar em outra comunidade e montar tudo de novo?*

O engajamento dos camponeses no MAB também os colocou em contato com experiências de outros camponeses do Brasil e da América Latina que passaram ou passam por situações semelhantes. Em 2016, por exemplo, os moradores na comunidade de Serra Queimada, onde o movimento possui uma secretaria, recebeu o IV Encontro Internacional pela Terra e Território, que contou com a participação de camponeses e indígenas do Brasil, Bolívia, Colômbia e Chile, ocasião em que trocaram saberes e afetos, fortalecendo reciprocamente suas lutas (CRUZ, 2018).

Outra experiência que os camponeses de Cachoeiras de Macacu puderam conhecer foi a luta pela água na Bolívia, liderada por Oscar Oliveira, que, em visita à sede da comunidade de Serra Queimada, em 2017, relatou como foi a organização da população de Cochabamba para suspender a cobrança de taxas pelo consumo de água e retomar o direito de acesso a um bem comum que havia sido usurpado pela privatização<sup>29</sup>. Lideranças do MAB tem procurado argumentar que o conflito decorrente do projeto em questão não se restringe à apropriação da terra, mas também inclui o acesso à água. Sua tese é de que, em vez de solucionar a questão do consumo hídrico construindo barragens, que acabam facilitando a privatização de um bem comum, o ideal seria investir no reflorestamento que

<sup>28</sup> Trata-se de uma fala realizada em roda de conversa no dia 12 de outubro de 2014, onde estavam presentes os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), convidados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo e um conjunto de antigos moradores das regiões de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga que hoje estão sendo ameaçados de despejo pelo projeto de construção da barragem do rio Guapiaçu, a ser tratado mais à frente.

<sup>29</sup> A guerra da água na Bolívia e a luta dos atingidos no Guapiaçu. MAB, 21/03/2017. Disponível em: <https://bit.ly/2EGaPe7>. Acesso em 17/12/2018.

garantiria maior disponibilidade de água, de maneira mais sustentável, ao mesmo tempo em que garante o controle popular da água. Como apontaram pesquisadores que estudam os impactos das construções de barragens (SIGAUD, 1986) e particularmente a do Rio Guapiaçu (XAVIER, 2017; CADORIN, 2017), a necessidade de lidar com a incerteza da permanência na terra causa um clima de depressão coletiva que acomete, com mais ou menos intensidade, todas as pessoas que compõem o grupo social atingido. Os sentimentos de indignação e revolta que também decorrem de tais situações, por outro lado, podem servir como motivação para o engajamento em iniciativas de resistência, como apontou Poma (2017) em estudo que desenvolveu sobre o papel das emoções na luta pela defesa do território pelos atingidos por barragens na Espanha e no México.

Um dos problemas que preocupam os moradores do Vale do Guapiaçu é ausência de documentos e títulos de propriedade, que aumenta a incerteza sobre o recebimento de qualquer forma de indenização, apesar de terem pagado pela terra e ali viverem e produzirem, em alguns casos, há mais de 50 anos. Conforme apontado anteriormente, a desapropriação da fazenda Vecchi não foi concluída devido à falta de pagamento por parte do Estado, encontrando-se ainda hoje em litígio, condição que coloca as famílias na situação de não titularidade da terra.

Outro lavrador, que teve a casa e o forno para carvão da família queimados e destruídos, quanto tinha 10 anos de idade e já era morador do Vecchi, relatou um caso ainda mais contundente: “Eu nunca fui contemplado pelo Incra, eu fui expulso pelo Incra”, abarcando também a atuação do Ibra. José Correia da Silva, relatando para José Pureza e Eliane Cantarino, também lembrou as dificuldades que passaram na chegada a Vecchi: “Trabalhamos aqui com fome. Pagamento atrasava, etc.

Ficamos brabos. [...] O resto ficou na promessa. Pegamos a terra com título provisório e ficamos esperando até hoje [no ano de 1981] o definitivo”.

A região ameaçada de inundação sintetiza o histórico de ocupação e os momentos da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. Estão presentes camponeses deslocados de regiões de conflito, camponeses que receberam terras durante a ditadura e camponeses que compraram terras pelo mecanismo institucional de reforma agrária de mercado<sup>30</sup>. Dona Rosa se enquadra nesses três grupos, já que migrou para o Vecchi deslocada de uma região de conflito, sua mãe recebeu terra em área próxima ao PIC Papucaia e, depois de adulta, comprou um lote de terra própria por meio do Programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza, que visava oferecer condições aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra para comprar um imóvel rural por financiamento de crédito.

Ocorre que, ao invés de servir como uma solução para o problema da terra, esse programa, no caso de Dona Rosa e seus vizinhos, acabou sendo fonte de nova ameaça: o financiamento, realizado coletivamente por um grupo de agricultores locais mediados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu, previa a compra de nove hectares por família. No entanto, os agricultores vieram a saber, depois de terem assinado o processo, que apenas três desses nove hectares estavam disponíveis para o trabalho agrícola, uma vez que o restante era reserva ambiental. “O Banco da Terra deu um tanto de terra que não tem”, afirmou Dona Rosa (entrevista em 10/02/2015). Esse problema gerou novamente a necessidade de organização coletiva dos camponeses envolvidos a fim de garantir que não precisem pagar por uma terra que não vão poder utilizar. Dona Rosa costuma acompanhar as reuniões e audiências públicas em torno do tema.

<sup>30</sup> A reforma agrária de mercado é uma política pública de distribuição de terra que buscou, a partir dos anos 1990 e 2000, enfraquecer ou descentralizar a presença do Estado, sob a crítica da prática de tutela, e inserir os agricultores em relações contratuais mediadas pelo mercado. Isso significou valorizar a negociação e a compra de terras como mecanismo para a resolução de conflitos, em detrimento da desapropriação e da valorização da função social da terra, ou seja, sua capacidade de promover condições sociais dignas de existência e reprodução aos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2002). tário.



De acordo com a análise de Cadorin (2017), a soma da ameaça da barragem com a do endividamento decorrente da reforma agrária de mercado causa um duplo impacto opressor sobre a vida de tais camponeses. Como é possível perceber, os diferentes modos de se estabelecer na terra sofrem hoje a ameaça de expulsão e perda da terra sem compensação ou pagamento pelas terras e produção perdidas.

## 6. Conclusão

A história de Dona Rosa e seus próximos está inserida em um contexto latino-americano de resistência ao colonialismo que se expressa de diferentes maneiras nos diversos países do continente, por meio de grandes empreendimentos, despejos, legislações privatistas, etc. Se pensarmos nos eventos críticos (DAS, 1995) que marcaram a vida de Dona Rosa, destacaríamos: 1) o primeiro despejo em 1961, quando ainda era criança, e as consequências de uma vida dependendo da solidariedade de amigos e parentes; 2) a ocupação do Imbé e a repressão sofrida em decorrência do golpe de 1964; 3) o segundo deslocamento forçado para o Vecchi, em Cachoeiras de Macacu, em 1966; 4) a ameaça contemporânea de uma nova remoção por conta de um projeto de construção de barragem no Rio Guapiaçu e as dificuldades decorrentes de uma compra de terra via reforma agrária de mercado.

A esses eventos críticos, é importante somar uma análise da vida cotidiana e das formas de resistência empreendidas pelos camponeses (SCOTT, 2002), especialmente em momentos de impossibilidade da organização política aberta, tal como foi no período da ditadura. A partir das histórias de vida é possível perceber as permanências e persistências da memória em constituir laços sociais e afetivos com a terra, permanência de uma infrapolítica que, tal como Scott (1990) aponta, articula e orienta as formas de resistência dos dominados contra os processos de exploração e expropriação, possibilitando uma compreensão mais apurada sobre os momentos em que o conflito se torna público.

Símbolo de situações de violência passadas

que continuam a se fazer presente, Dona Rosa narra que, nos anos 1990, seu sobrinho foi para a fazenda do Largo, procurar as terras que, segundo informa, são de direito da família Borges. Ela nos diz: “saiu um sobrinho meu, saiu daqui há 24 anos atrás, foi pra lá e dizem que se apresentou como a família Borges e ele desapareceu. A gente nunca mais viu nada dele. Nunca mais” (Dona Rosa, entrevista em 10/02/2015). Sempre que pode, Dona Rosa faz questão de compartilhar essa história para mostrar que além de ter sido despejada e ter perdido a terra, a família foi banida do território e sequer pode visitar a terra onde viveu, sob pena de correr riscos.

A invisibilidade de histórias como essa é um demonstrativo de como a política de silenciamento, promovida pela ditadura empresarial-militar brasileira, excluiu e ainda exclui da memória coletiva experiências de dor que constituem para muitos a própria realidade vivida. A dimensão do que se apaga na construção social da memória é a dimensão de uma vida que sofreu no próprio corpo a violência física e simbólica. Apagam-se memórias coletivas, sociabilidades experienciadas e perdas fundamentais – casas, amigos, família, projetos, terras e futuros. Por medo e por surdez imposta impede-se que estas experiências sejam formuladas, relatadas e transmitidas.

Ao tentar excluir do espaço da política as memórias de luta e de organização, enfim, da própria dimensão de reivindicação de expectativas e mudanças, impõe-se um esquecimento que “paradoxalmente, [significa] impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar, uma ‘memória impedida’ [...] que vai lutar, brigar para poder voltar” (GAGNEBIN, 2010, p. 179).

Ainda sobre este assunto, Vladimir Safatle comenta que aquilo que é simbolicamente excluído, tende a retornar com força:

*não há esquecimento quando sujeitos sentem-se violados por práticas sistemáticas de violência estatal e de bloqueio da liberdade socialmente reconhecida. Se há algo que a história nos ensina é: os mortos nunca se calam. Aqueles cujos nomes o poder procurou*

*anular sempre voltam com a força irredutível dos espectros (SAFATLE, 2010, p. 252).*

Os relatos de trabalhadores e trabalhadoras do campo ameaçados pela barragem do rio Guapiaçu nos trazem a dimensão do retorno dessa memória. Superando o medo de relatar violências sofridas por agentes estatais há mais de 50 anos, os camponeses veem como inspiradora esta luta que trazem como herança. Eles vivem aquilo que o filósofo Walter Benjamin chamou de “tempo-de-agora”: tempo medido, não pela sua passagem cronológica ou pelos monumentos e efemérides das classes dominantes, mas pelos lampejos de lutas e desejos passados das classes dominadas, pela constituição de uma experiência comum que se contradiga ao avanço catastrófico e linear do progresso capitalista (BENJAMIN, 2012; LÖWY, 2005).

Disso decorre a importância das diferentes histórias interrompidas ou silenciadas que pululam dentro da “história oficial”, aquela que ressalta os êxitos dos projetos de modernização, os feitos da ditadura e os cálculos positivos de ganhos e perdas econômicas, sem apresentar as famílias despejadas e desestruturadas, as relações interrompidas, as sociabilidades drasticamente modificadas e os sonhos e projetos – individuais e coletivos – abortados; isto quando não estão presentes as violências e repressões cotidianas mais diretas.

Conforme indicado por Walter Benjamin (2012), a redenção do passado é a realização e reparação da felicidade individual e coletiva de uma geração e de sua época. Nossa análise não pode desprezar as reivindicações de épocas passadas e nem o sofrimento de gerações submersas em “tempos não redimidos”, em especial quando estes próprios atores reivindicam o seu passado e a herança de lutas, vitórias e projetos de seus antepassados. A ditadura empresarial-militar, portanto, empreendeu uma intensa e extensa repressão contra os camponeses e seus movimentos:

*Essa repressão semeou o medo, cortando redes de apoio que estavam se formando, mas não foi capaz de eliminar a resistência dos trabalhadores, que se fez de diferentes*

*formas, quer pela luta cotidiana, nos locais de moradia e de trabalho, quer pela capacidade de criar novas formas de ação (mesmo que pouco eficazes, em algumas situações), produzir novos repertórios, gerar novos formatos organizativos que ultrapassaram os limites impostos pela estrutura sindical e produziram organizações bastante sólidas (MEDEIROS, 2014, pp. 227-228).*

Nesse sentido, as iniciativas no âmbito da Justiça de Transição vêm cumprindo um papel “redentor” fundamental, na medida em que recupera e dá visibilidade a experiências de vida como as de Dona Rosa, que, depois de ter sido contatada por um grupo de pesquisadores que estavam realizando pesquisa para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, teve a oportunidade de contar sua história publicamente em diversos e ampliadados espaços públicos e utilizar essas oportunidades para denunciar mais uma nova ameaça que sofre atualmente, com a barragem e com o endividamento, ainda depois de ter passado por outros dois deslocamentos forçados. Apesar desses pequenos avanços, a violência no campo persiste como um problema estrutural no Brasil, intensificado pelos projetos de modernização da agricultura e da especulação fundiária. Segundo Medeiros (1996), em momentos de contestação individual ou coletiva por parte dos trabalhadores rurais, a violência reativa dos patrões e jagunços assume formas mais diretas, tais como agressão física, despejo, morte de animais domésticos e cercamento das casas. Tratam-se de ameaças e demonstrações de força, mecanismos de sujeição que perpassam o cotidiano das áreas rurais em todo o Brasil, conjugando uma experiência singular dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A persistência dessa violência que se volta para a organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, revela a dificuldade e a fragilidade do sistema democrático brasileiro em construir espaços coletivos de diálogo e negociação. Em texto posterior, Medeiros (2014, p. 229) reafirma a permanência das “condições para a reprodução dos conflitos”, dado o modelo de modernização da agricultura que se inicia no final

dos anos 1960, com a ditadura, e se intensificou com a produção agrícola, a expulsão de posseiros e povos indígenas e a exploração do trabalho.

É possível interpretar que o progresso observado atonitadamente pelo Anjo da História, de que nos fala Benjamin (2012, pp. 245-246), apresenta-se em nova roupagem: as ruínas e os destroços que se acumulam sob uma única catástrofe aos seus olhos abre lugar ao medo de ver suas terras cultivadas, há mais de 40 anos, serem alagadas pela construção de uma barragem. A nova configuração da luta local soma-se à inexistência de títulos permanentes de terra, com os quais possam comprovar a sua titularidade e receber futuras indenizações. A existência desse presente e futuro ameaçados alimenta a indignação desses trabalhadores e trabalhadoras que, sob tais circunstâncias, articulam, de forma criativa e teimosa, memórias coletivas de lutas e resistência em sua mobilização, organizando suas atuações, seus discursos e suas reivindicações em uma experiência comum de luta pela terra. As lembranças de tantas lutas e tantos sofrimentos não estão ausentes da retomada de organização. Pelo contrário, são fermentos da resistência no presente.

## 7. Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CADORIN, Vitor. *Barragem e reforma agrária de mercado: o duplo impacto opressor sobre os camponeses de Serra Queimada - Cachoeiras de Macacu/RJ*. Tese. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, 1984, pp. 5-28.

CARBY, Hazel. *White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood*. In: THE CENTRE FOR CONTEMPORARY STUDIES (ed.) *The Empire Strikes Back: Race and Realism in 70s Britain*. London: Hutchinson, 1982.

COLLINS, Patrícia H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CORRÊA, Elisa F. e MACEDO, Marcelo Ernandez. *Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-1964*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2, 2007: 368-392.

COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

CRUZ, Barbara P. *As lutas que educam na América Latina: a educação ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ERNANDEZ, Marcelo. *Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996)*. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FRANÇOIS, Etienne. *A fecundidade da história oral*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O preço de uma reconciliação extorquida*. (pp. 177-186). In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir Pinheiro (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GOMES, Flávio dos S. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no*

Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

LINHARES, Maria Y. e SILVA, Francisco C. T. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983.

\_\_\_\_\_. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, José de Souza (Coord.). Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. O cativo da Terra. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1995.

\_\_\_\_\_. Dimensões políticas da violência no campo. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

NEVES, Delma Pessanha. Ocupação do Imbé: conflitos e rumores. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Coord.). Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

\_\_\_\_\_. Posseiros e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

POMA, Alice. Defendiendo territorio y dignidad. Emociones y cambio cultural en las luchas contra las represas en España y México. Campina Grande/PB: Eduepb, 2017.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir Pinheiro (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação nº 9 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

SCOTT, James C. Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts. New Haven, London: Yale University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, vol. 21, nº 1, jan-jun/2002, pp. 10-31.

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

XAVIER, Bernardo. O direito achado no rio: Conflito pela Água e Usos do Direito no Território do Vale do Guapiaçu (RJ). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.